



Câmara Municipal de
Maracanaú

CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

PARECER DO RELATOR – COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

PARECER DO RELATOR – PROJETO DE LEI Nº 124/2025

I – RELATÓRIO

Chega à análise desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação a Mensagem nº 124/2025, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, apresentando o Projeto de Lei nº 124/2025, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, cujos fatos geradores tenham ocorrido no exercício de 2020.

A proposição visa conceder remissão de créditos tributários até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por contribuinte, alcançando débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, observadas as condições estabelecidas na lei proposta. A justificativa apresentada pelo Executivo destaca os elevados custos administrativos e judiciais da cobrança individual desses débitos, que superam o potencial arrecadatório, tornando a remissão medida mais eficiente e racional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A remissão de créditos tributários encontra respaldo no art. 156, inciso IV, do Código Tributário Nacional, que permite ao ente público extinguir créditos tributários por meio de lei específica. Trata-se de instrumento legítimo de política fiscal e pode ser utilizado sempre que demonstrado interesse público, conforme é o caso.

A medida apresentada observa os requisitos legais de renúncia de receita previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois apresenta justificativa econômica adequada, indicando que os valores a serem remidos possuem baixa recuperabilidade e geram custos processuais superiores ao valor devido. Não há, portanto, impacto negativo relevante sobre o equilíbrio orçamentário municipal.

O projeto também define critérios objetivos, tais como limite máximo, data de ocorrência dos fatos geradores e condições para fruição do benefício, garantindo transparência e segurança jurídica. Ressalta-se ainda que a proposta contribui para a depuração do estoque de créditos tributários de difícil recuperação, otimiza a gestão fiscal e reduz litígios desnecessários.

III – CONCLUSÃO DO RELATOR

Diante do exposto, considerando:

- a legalidade da remissão tributária nos termos do CTN;
- a adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- o interesse público devidamente fundamentado;
- a economicidade da medida;

OPINO PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 124/2025, na forma como encaminhado pelo Poder Executivo.

Manoel Correia – Relator